

CONTOS DE COSTA ANDRADE COMO RETRATO DOCUMENTAL DO REORDENAMENTO RURAL NO PLANALTO CENTRAL

COSTA ANDRADE'S TALES, ONE DOCUMENTARY PORTRAIT OF RURAL CENTRAL PLATEAU

Manuel Muanza

Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda

<https://orcid.org/0000-0002-8270-0996>

RESUMO

O estudo de documentos que fornecem dados e descrevem factos reportando o processo de reordenamento rural na década de 60 em Angola permite estabelecer conexões suscetíveis de caucionar a dimensão histórica dos contos de *Estórias de contratados*, de Costa Andrade.

Em finais de 1967, o Governo-Geral da Província de Angola instruiu a Junta de Povoamento para superintender operações de reordenamento rural das populações, transferindo-as para zonas agrícolas escolhidas e assentando-as em aldeias vigiadas (campos de reagrupamento). O Planalto Central, concretamente a localidade de Bailundo (no distrito do Huambo), oferecia condições propícias para uma experiência inicial por algumas razões: em função do contexto político, devido à sua posição geográfica, por se tratar de uma região essencialmente agrícola e por ser a mais povoada.

Estórias de contratados textualiza o processo de emigração das populações: ou forçadas pela administração colonial, ou por vontade própria, dada a procura de terras para cultivar. A partir dos dados que os documentos fornecem, a nossa perspetiva de estudo consiste em descrever a significação do texto a fim de compreender a sua historicidade.

Palavras-chave: historicidade, contexto, contos, documentos, reordenamento rural.

ABSTRACT

The study of documents that provide data and describe facts reporting the rural redevelopment process in the 60s in Angola allows for the establishment of connections that are likely to endorse the historical dimension of *Estórias de contratados*, by Costa Andrade.

In late 1967, the General Government of the Province of Angola instructed the Board of Settlement to monitor the operations of rural reordering of populations, transferring them to selected agricultural areas and seating them in controlled villages (regroupment camps). The Central Plateau, specifically the town of Bailundo (Huambo district), offered favorable conditions for an initial experience for a few reasons: due to the political context, due to its geographical position, for being a mainly agricultural region and for being the most populated one.

Estórias de contratados textualizes the populations' emigration process: either forced by the colonial administration, or voluntarily, given their demand for lands to cultivate. From the data that the documents provide, our study describes the meaning of the text in order to understand its historicity.

Keywords: Historicity, context, stories, documents, rural reordering.

Kaualela e Paulino Kambulu são dois personagens de contos do prosador e poeta angolano Costa Andrade. O percurso e o desfecho da vida de ambos assemelham-se. Aliciado por intermediários e arrancado da terra natal para a pesca no litoral sob o registo de contratado número 1673 estampado na camisa, Kaualela vê-se submetido a um regime de trabalho mal remunerado. Paulino, líder de uma comunidade rural, ao recusar-se a garantir o fornecimento de mão-de-obra em quantidade razoável a intermediários, acaba preso e desterrado para São Tomé, onde cumpre seis anos de trabalho forçado. Ao regressarem, ambos veem as respetivas aldeias despovoadas.

O cenário dos contos reunidos sob o título *Estórias de contratados* situa-se no então distrito do Huambo, zona geralmente designada “Planalto”, no centro de Angola, onde, no período entre os anos 50 e 60 do século XX, se intensifica o despovoamento das aldeias e o reagrupamento dos habitantes por força do reordenamento rural das populações campestres. Para a autoridade colonial do Governo-Geral da então Província de Angola, a justificação invocada para a aglomeração dos aldeões era a de os defender da subversão nacionalista (CEA, 1969c: 9).

Os dois contos da obra de Costa Andrade apareceram inicialmente no boletim *Mensagem*. Não se tratou, pois, de mera coincidência o facto de o órgão da Casa dos Estudantes do Império (CEI), impresso em Lisboa, ter inserido as narrativas “Um conto igual a muitos” e “Jonga”, em que Paulino e Kaualela são protagonistas, em edições datadas, respectivamente, de 1958 e 1960.

No mesmo número em que se insere o conto “Jonga”, a *Mensagem* assume ter por propósito “fazer a propaganda efectiva das províncias ultramarinas, de modo que se tornem conhecidas as nossas realidades vivas” (Monteiro, 1960: 5), meta por si só indicadora do carácter de denúncia de textos literários engajados, influenciados pelo neo-realismo português. O compromisso da instituição proprietária da *Mensagem*, a Casa dos Estudantes do Império (CEI), com a luta pela independência das colónias ditou, aliás, a proibição da sua atividade e subsequente encerramento no ano de 1965 (Laranjeira, 1996).

Os argumentos oficiais para sustentar a reconfiguração dos aldeamentos rurais escondiam uma estratégia política que visava assegurar a reforma da economia dominada por uma visão escravagista na colónia. Para Wheeler e Pélissier (2011: 104-113), os requisitos para a realização de projetos de desenvolvimento económico residiam na obtenção de “capital, competência técnica e mão-de-obra suficientes”. Este último aspecto, o da escassez de braços, constituía a chave

para a busca de soluções. A abordagem em relação à política laboral tinha, por isso, de ser repensada, de tal modo que, no lugar de abolir o uso escravagista da mão-de-obra, o poder colonial procedeu apenas à mudança de formas, instituindo o recrutamento para o trabalho por contrato, facto representado por Costa Andrade em curtas narrativas de ficção sob o título *Estórias de contratados*.

A compreensão dos acontecimentos recriados ficcionalmente, embora remetam para os anos 50 e 60 do século XX, exige a convocação do conhecimento dos eventos históricos havidos no século anterior, quando as potências coloniais enfrentavam a abolição da escravatura em África. Em relação a Angola, enquanto a colónia portuguesa enfrentava a falta de braços, as autoridades alimentaram a tese de que os homens libertos se recusavam a trabalhar para agricultores europeus (nas fazendas e plantações angolanas) em troca de salário.

Wheeler e Pélissier (2011: 106) fazem alusão à ideia publicitada pelas autoridades coloniais segundo a qual havia uma propensão dos homens africanos para a vagabundagem, de tal modo que tal atitude (a vagabundagem) passou a ser punível à luz do código de trabalho de 1878 e da regulamentação do trabalho de 1899, a qual criava condições para os manter sob o regime de trabalho forçado. Esta abordagem do problema da mão-de-obra levou a que jornais de tendência favorável à colonização veiculassem a outra ideia segundo a qual agricultores africanos (angolanos) abandonavam massivamente as terras emigrando voluntariamente para outras regiões como assalariados, oferecendo-se como contratados (CEA, 1969a: 5). O Centro de Estudos Angolanos (CEA), um órgão criado por nacionalistas angolanos com o objectivo de reunir informações sobre a evolução da situação política, social e económica do país, produziu vários documentos, entre os quais foram compilados os volumes (de que nos servimos) intitulados *Fichas de Informação Sobre a Conjuntura*

para o Centro de Documentação. Sediado em Alger (Argélia), onde se haviam exilado alguns nacionalistas, o CEA refere, em relação à proibição da vagabundagem, que, na verdade, se tratou de uma estratégia política que propiciou a mobilidade da população. A integração desses braços (considerados libertos) num sistema que visava estimular o cultivo de produtos de exportação passou a processar-se por intermédio do trabalho forçado, isto é, um método direto de captação de mão-de-obra. Esta opção das autoridades coloniais encontra fundamentos na política reformista de Marquês de Sá da Bandeira (1795-1876), que ocupava, na altura, o cargo de ministro da Marinha e Ultramar (1835-1836). O governante fez da abolição do tráfico de escravos e da escravatura nas colónias portuguesas a chave para alcançar o desenvolvimento económico. Contudo, era necessário garantir fontes de receitas do Estado providas até então do tráfico e da escravatura. A solução encontrada traduziu-se no aumento dos impostos sobre a população africana e no das taxas aduaneiras dos portos angolanos (Wheeler e Pélissier, 2011: 89-106).

Como já se aludiu acima, a causa da mobilidade das populações campestres angolanas estava longe de corresponder à pretensa vontade destas de concorrer para uma melhor remuneração. O uso da força para a captura da mão-de-obra tinha sido, de facto, legalmente instituída pelo consulado de Marquês de Sá da Bandeira. Tal como textualiza Costa Andrade num dos contos, o narrador informa que, quando “o problema da mão-de-obra começava a avolumar-se”, assistiu-se à multiplicação das “rusgas ao cair da noite”. Nestas circunstâncias, a aldeia “despova-se de homens tentados por mil promessas, oásis que a seu tempo se tornarão miragens” (Andrade, 1988: 28).

Não se verificou, de facto, o livre desejo de “partir para o contrato”, pois o recrutamento compulsivo deixava traços nas “famílias que se destroem”, como relata o narrador em “Um conto igual

aos outros” (Andrade, 1988: 29). Como resultado das “rusgas”, as povoações esvaziam, como ilustra o conto “Os regressados das Ilhas”, alusão àqueles que tinham sido levados para as roças. Um deles, já velho liberto, descreve a terra natal sob o choque do vazio no lugar onde se erguia a sua aldeia antes de partir para São Tomé. Aqui, a ficção reaviva o que se lê numa das páginas do jornal *A Província de Angola* (CEA, 1968: 4), que lamenta as “aldeias rurais (quimbos) completamente despovoadas” em consequência do trabalho forçado, tal como o descreve também o narrador do conto de Costa Andrade:

As ruínas do quimbo morto mostravam-se no seu cruel abandono. Cicatrizes das feridas abertas pelo tempo. A boca informe das portas clamava desesperada ainda, chamava a última leva de gente que partiria. (...) Junto das portas onde se tinham despejado águas, os vermes aprendiam nas suas lentas e vãs caminhadas o sabor do abandono e voltavam aos seus labirintos subterrâneos. (Andrade, 1988: 48)

As “rusgas” a que se refere o conto de Costa Andrade colocam em cena a figura de um agente pago por colonos agricultores e comerciantes cuja função consistia em recrutar a mão-de-obra para o contrato: o angariador. A outra entidade partícipe na busca de homens para o contrato era o “cipaio” (policia nativo), representante da administração colonial treinado para impor a autoridade ou exercer a repressão. As ações das narrativas de Costa Andrade decorrem numa zona rural do Huambo, distrito que registou, na década de 60, maior número de angariadores. Em 1964, por exemplo, dos 74 angariadores profissionais existentes em Angola, 23 residiam no Huambo (CEA, 1968: 1-34). Pelo menos 39% do total de trabalhadores recrutados por todos os angariadores em Angola provinham do Huambo, segundo a estatística compilada pelo Centro de Estudos Angolanos (CEA, 1969d: 16). Numa tabela demonstrativa dos desti-

nos da mão-de-obra angariada para o contrato, o Centro de Estudos Angolanos, ao analisar a evolução do reordenamento rural, demonstra que Huambo foi o “maior distrito fornecedor de mão-de-obra para o resto do país”. A título ilustrativo, registou, respectivamente, 39.483 e 39.166 contratados nos anos 1963 e 1964 (CEA, 1969d: 16).

Os distritos do Uíge, Kwanza-Norte (no Norte) e Benguela (no Sudoeste) constam entre os principais destinos, tendo os três absorvido mais de 50% do total dos contratados no período entre 1963 e 1964. Deve sublinhar-se que, embora pareça assustador, o número de contratados diz respeito apenas aos dados controlados pelas autoridades coloniais, pelo que os números reais terão sido, provavelmente, superiores aos coligidos oficialmente. Nos dois primeiros distritos em referência (Uíge e Kwanza-Norte), os aldeamentos rurais onde se instalavam as populações tinham por finalidade apoiar a produção do café e, no último (Benguela), o objectivo era sustentar a pesca que absorvia a mão-de-obra migrante, facto ficcionado por Costa Andrade no conto “Jonga”. Com a promessa de um pagamento mensal decente, Kaualela aceita o contrato proposto por angariadores. Mais tarde, confessa: “a vida na pesca é dura para quem não conhece o mar. Ambição frustrada” (Andrade, 1988: 20).

Em relação ao cultivo do café, o Centro de Estudos Angolanos observa que a intensificação da transferência da população para as zonas agrícolas escolhidas e o seu agrupamento em aldeias vigiadas (campos de reagrupamento) verificou-se no ano de 1968. Se o jornal *A Província de Angola*, de acordo com o CEA (1969a: 5), procura justificar o fenómeno apontando como causa a baixa da média anual de colheita de milho, monocultura de subsistência dos aldeões do Huambo, a análise feita, na época, pelo CEA encontra as raízes do problema naquilo que entende ser o carácter contraditório da política praticada pela administração colonial. A contradição consistia no facto de os trabalhadores contratados saídos do Huambo terem

sido necessários às plantações do café do Noroeste, mas, ao mesmo tempo, o despovoamento daí resultante tinha engendrado, também, uma decadência da agricultura no distrito, o que, por sua vez, provocou uma crise comercial para os colonos.

Ao procurar soluções para a decadência da agricultura e para a crise do comércio, o governo da então Província de Angola optou pelo lançamento da agropecuária intensiva, exercida por uma forte colonização europeia, com o fim de substituir a agricultura africana. Em relação ao plano de povoamento europeu, o CEA observa que os “colonos ocupavam menos terras no Huambo do que noutros distritos onde a população europeia é grande”. O motivo avançado para isto é o de que a “base essencial” da economia do colono tem sido o comércio feito com agricultores africanos. Não havendo ocupação sistemática de terras pelos europeus, as autoridades coloniais instalaram vários colonatos de europeus e cabo-verdianos no distrito, depois de 1962. Nalguns casos, a instalação de colonatos partia do aproveitamento das antigas granjas administrativas, como é o caso das localidades do Mungo e Bela Vista. Noutros, constituíam-se “aldeias novas” e preparavam-se terras. Em 1968, a Junta de Povoamento controlava nove núcleos de povoamento, onde estavam também instalados 447 cabo-verdianos e 314 europeus. Havia 390 casas e 24.110 cabeças de gado diverso. Convém notar que colonatos não são sinónimos de campos de reordenamento rural. Tal projeto teria de ser sustentado pela construção da barragem do Gove, no Cunene, a sul do Huambo, destinada a garantir a irrigação das regiões agrícolas (CEA, 1969b: 8). O acordo para a construção do Gove foi assinado a 21 de Janeiro de 1969 entre Portugal e África do Sul.

Refletindo acerca das consequências da política contraditória que terão forçado o poder colonial a adotar medidas como as anunciadas atrás, os nacionalistas angolanos, que então se batiam pela independência, julgavam que “tais repercussões não passavam de ‘ações

psicossociais’ com vista a assegurar a fixação dos africanos e dar a impressão de que a preferência dos nativos pelo contrato à pequena produção agrícola por conta própria era motivada por interesses económicos individuais e não por uma política que os deixava sem opção e os forçava a tal atitude” (CEA, 1969e: 45). Aliás, a contrariar essas “ações psicossociais” estão os registos de que muitos angolanos declinavam propostas de contrato e outros se furtavam quando obrigados pelas autoridades sob a ameaça de sanção pelo não pagamento do imposto. Por exemplo, Neketela, um habitante de Benguela, amputou os dedos da própria mão esquerda para escapar a um contrato. Neketela havia cumprido o contrato na Câmara Municipal do Lobito. O sobrinho, Kamuenho, que o ajudava no pastoreio do gado, havia sido enquadrado na tropa colonial. Tendo ficado só, recusou-se a ir de novo para o contrato. Quando interpelado pelas autoridades coloniais, procurou uma solução: “Não. Não iria para contrato nenhum desta vez. (...) Espalmou a mão esquerda sobre um cepo” (David, 1990: 33-39).

Protagonista de um conto inserido em *Escamoteados na lei*, do escritor angolano Raul David (1990), Neketela, nome que dá título ao conto, exprimiu assim a revolta contra a ganância dos cipaios (agentes da polícia “nativa”) e dos intermediários (angariadores) que se apoderavam duma parte das receitas colhidas aos contribuintes vítimas da lei, a qual os obrigava a pagar imposto ou a transformá-lo em prestação do trabalho sob contrato.

Neketela veicula a denúncia à corrupção dos agentes do poder colonial e um apelo à resistência ao regime em vigor. David Raul, que mistura ficção e acontecimentos reais sustentados pela estatística extraída dos relatórios da administração da época, pinta o panorama de Benguela, distrito de onde é natural, na década de 50. À semelhança de Costa Andrade, que também se alistou para a luta clandestina contra o colonialismo, Raul David ficcionou, em vários

textos, a exemplo do que nos ocupamos aqui, dramas que insinuam a relutância dos produtores agrícolas angolanos à ida compulsiva para o contrato e a resistência à corrupção dos intermediários do sistema administrativo de contrato.

A instância doadora da história narrada em “Um conto igual a muitos”, de Costa Andrade, expõe a fragilidade da polícia nativa (cipaios), acusando-a de propensão à corrupção: “Uma ou duas galinhas, um garrafão de vinho, era um homem a menos na granja à espera de embarque” (Andrade, 1988: 29).

Entretanto, o protagonista, Paulino Kambulu, assume-se, por sua vez, como exemplo de resistência aos ditames do regime colonial, o que lhe valeu o desterro por seis anos de trabalho forçado nas roças de São Tomé e Príncipe. A causa do infausto destino: como líder da comunidade rural, certo dia, ao decidir dirigir-se ao Posto da administração, teve a coragem de criticar o representante do poder colonial (Chefe de Posto), atribuindo a este a responsabilidade pela morte de alguns angolanos por consequência do trabalho forçado:

Um último esforço ainda. Não já do homem. A força da terra grita pela sua voz. Palavras.

O desespero ditou o resto. Chefe é bandito. Mata todos preto. Foi preso. No primeiro embarque de contratados para S. Tomé, incorporado com o número mil e qualquer coisa. (Andrade, 1988: 30)

Outros motivos haviam também ditado a coragem de Paulino Kambulu e o haviam movido para a administração: além de ter rejeitado ofertas de vinho em troca de homens que os angariadores o obrigavam a mobilizar na aldeia, havia recusado beneficiar de alguns dividendos dos contratos em função da quantidade de homens a recrutar. Já liberto, Paulino Kambulu solidificou a fé na resistência contra a violência do contrato, recusando-se a deixar o filho, Silva,

cair nas mãos dos angariadores. Ocorreu-lhe então a ideia de matar angariadores que, transportados numa carrinha, pretendiam contratar compulsivamente o Silva. Porém, nas vestes do habitante mais idoso da comunidade, “Seculo” (em umbundo, língua local, isto é, autoridade tradicional investida pela administração colonial), cabe-lhe expor por requerimento escrito ao representante das autoridades coloniais qualquer preocupação relacionada com os aldeões. Ponderando as circunstâncias, preferiu abortar a intenção e desistiu, igualmente, do plano de cometer homicídio. O episódio termina com as imagens de uma catana a desfilar no cérebro de Paulino Kambulu e com um persistente sentimento de “esperança do grito” de salvação, a mesma esperança que, em São Tomé, alimentou nele a “fé no regresso” a Angola, apesar do medo que se apossava dos contratados como ele, o de morrerem “tragados pelas ondas” do mar (Andrade, 1988: 32).

Três símbolos unem os cinco contos de Costa Andrade e os ligam às narrativas dos outros prosadores e mesmo aos poemas da chamada geração da *Mensagem*: a catana, o mar, a esperança do grito.

Sendo instrumento de corte, potencialmente letal, a catana referencia a resistência armada dos nacionalistas angolanos. Trata-se de uma arma com que se viram assaltadas as cadeias em Luanda, no dia 4 de Fevereiro de 1961. O assalto visava libertar os nacionalistas encarcerados pela polícia política. Também a 15 de Março, outro grupo guerrilheiro usou, entre outras armas, catanas para massacrar europeus no norte de Angola. A primeira data ficou inscrita em efemérides e celebrada como a jornada do início da luta de libertação nacional, que conduziria Angola à independência a 11 de Novembro de 1975. A segunda, também reivindicada por alguns como marco histórico do lançamento da guerra contra a ocupação colonial, continua a acender a polémica no seio da classe política e também entre formadores de opinião e determinados académicos angolanos.

Segundo símbolo patente nos contos de Costa Andrade, o Mar, fonte da vida, instituiu-se como sepultura de muitos angolanos e caminho para as roças do café (no norte de Angola) e plantações de cana-de-açúcar (em São Tomé e Príncipe). Longe, em São Tomé, Paulino Kambulu viu-se separado da comunidade e da família pelo mar, enquanto Kaualela experimentou a crueldade do trabalho forçado no mar, no distrito de Benguela. Aterrorizado, “fugiu da pesca, quando viu os companheiros cair no mar da noite escura” (Andrade, 1988: 19).

Finalmente, a esperança expressa pelo grito (“esperança do grito”, para Costa Andrade) da independência estava condicionada ao regresso de quem se viu deportado mas se alimentou da fé de voltar a pisar a terra natal. Tal como a exteriorizada por Paulino Kambulu, a revolta contra as autoridades coloniais remonta à fase inicial das reformas económicas de Sá da Bandeira, como foi o caso da chamada Guerra dos Dembos, registada entre os anos 1872-1873, motivada pela aversão do homem colonizado ao imposto (Wheeler e Péliissier, 2011: 106). Esta conexão entre a realidade histórica e as narrativas de ficção em *Estórias de contratados*, cujo teor documental o escritor Costa Andrade aponta, pode ser associada à abordagem segundo a qual determinadas circunstâncias evidentes numa sociedade influenciam a produção do texto literário e condicionam a formulação de juízos de valor sobre estes. Por outras palavras, falar-se-á de contexto. No caso em estudo aqui desenvolvido, que toma como objecto de discussão uma criação estética que se propõe registar factos ocorridos num espaço imaginário mas que reivindica um carácter testemunhal, valoriza-se o contexto histórico para a busca da significação dos episódios narrados.

Na avaliação que faz do historicismo na visão ocidental, partindo da leitura do fenómeno no romantismo alemão até à confrontação das definições deste conceito ao longo de séculos de estudos,

Aguiar e Silva (2005: 21-28) admite que o contexto deve ser encarado como uma “construção do investigador” que o formula, aplicando o “rigor” na elaboração de “elementos configuradores e pertinentes”.

Na nota à primeira edição (de *Estórias de contratados*) impressa em 1979, em Angola depois da independência, Costa Andrade afirma ter construído “protagonistas reais que viveram os dramas descritos”. Ao confessar ter feito recurso a “relatos da vida de pessoas que conheci na minha infância”, revela um conceito de função existencial do texto literário (como produto estético) que se coaduna com a perspectiva teórica de Jan Mukarovsky (1997: 20-143), para quem o conceito de função existencial tem a ver com “a relação da obra de arte com o receptor e a sociedade”.

Ao postular a necessidade de se ter em conta a relação entre a arte e os fenómenos extra-artísticos, considera a ligação da esfera global dos fenómenos estéticos com “todos os aspectos e produtos da actividade humana”. Mukarovsky (1997: 20) demarcou-se, assim, das “premissas teóricas do formalismo russo”, defensoras da “autonomia da arte” em relação aos fenómenos das outras “séries evolutivas com que a arte entra em contacto”. Esse enfoque teórico rejeita toda a tentativa de isolar as outras realizações do ser humano da atividade artística.

Em função do percurso metodológico seguido nesta reflexão, pode dizer-se que foi notória a contribuição dos escritores angolanos na (re)escrita da história de uma fase de existência do país que se caracterizou pelo uso da mão-de-obra nativa no trabalho forçado legislado pela potência colonial.

Mesmo nos anos que se seguiram à independência de Angola, a produção literária angolana privilegiou a temática dos efeitos da colonização sobre os povos subjugados. Isto encontra justificação no facto de as obras terem sido escritas no momento em que se desenvolvia a

luta clandestina contra o colonialismo, vindo a ser publicadas quando já existiam condições políticas para o fazer. O clima de guerra civil que se instalou e o regime político fundado numa ideologia que restringiu a liberdade de pensamento e impôs o modelo de governação de partido único no país também propiciaram o cultivo de textos imitadores de um padrão estético da literatura de compromisso. Mesmo assim, deve ter-se em conta a rutura estética registada nos anos 80, com os jovens poetas (José Luís Mendonça, Lopito Feijó, João Maimona, João Melo, entre outros) e com o cultivo de uma narrativa veiculadora da sátira e da crítica severa às práticas de governação, por parte de prosadores que haviam pertencido à geração ligada à estética de engajamento (Wanhenga Xitu, Manuel Rui, Pepetela). Pretendemos com isto dizer que, antes da ascensão do país à independência, a literatura analisou as relações sociais que se teciam entre colonos e colonizadores. A prosa e a poesia, sem esquecer o bastante escasso texto dramático, exalavam uma carga de críticas contra o teor das práticas da colonização europeia, o que fomentava a tendência, quase generalizada, de aproximar a ficção do documento histórico. Os textos de autores angolanos que cabem nesta aceção sugeriam imagens que retratavam a sociedade dominada, tendo um dos seus focos o sofrimento dos africanos nas roças de café, nas plantações do algodão e de cana-de-açúcar.

As narrativas de Pepetela constituem exemplos mais evidentes de textos de pendor documental ou testemunhal. José Carlos Venâncio (2004: 4-5) nota que Pepetela faz parte dos escritores angolanos que levaram para o texto ficcional a “vivência da infância”, tal como vimos em Costa Andrade. Num conto intitulado “As cinco vidas de Teresa” (publicado na antologia *Novos contos d’África*, organizada por Garibaldino de Andrade e Leonel Cosme e editada pelas Publicações Imbondeiro de Sá da Bandeira, Lubango), Pepetela “denuncia o racismo inerente ao sistema colonial”. Nos anos 80, o

mesmo autor publicou *Mayombe*, romance redigido na floresta do mesmo nome, na década anterior, durante o tempo em que o também sociólogo militou na guerrilha. Ficciona as fricções de índole tribal e os problemas materiais que se verificavam entre os combatentes. Já em *A geração da utopia* expõe-se a frustração de quem se alimentou da convicção não concretizada de realizar o sonho de um país diferente daquele que os ex-guerrilheiros angolanos esperavam construir, o qual viria a nascer a 11 de Novembro de 1975. Já em *O cão e os caluandas*, discutem-se as dificuldades sociais, incluindo críticas às más práticas da governação do novo poder político, como sejam o excesso de burocracia e a corrupção. A mesma perspectiva discursiva encontramos-la na narrativa satírica de Manuel Rui (1989), *Quem me dera ser onda*. O texto concentra-se na exploração de situações hilariantes relacionadas com as dificuldades de acesso dos angolanos à alimentação, num momento em que a agricultura e a indústria transformadora se viram paralisadas. Os esquemas de sobrevivência envolvem dignitários e plebeus. A trama gira em torno de um porco domesticado num apartamento em pleno centro da cidade. O animal, alimentado com restos de refeições recuperados na lixeira de um hotel de luxo, metaforiza o burguês bem nutrido. Daí o “porco burguês”, uma crítica aos que, desprovidos de postura cívica e visão intelectual, guindaram-se para cargos-chave da governação. Ficciona, em suma, as dificuldades de adaptação à vida citadina de quem viveu para lá da linha demarcadora, o asfalto que separa o mundo europeu civilizado e o universo africano chamado a assimilar os valores que supunham elevar o homem colonizado a um estatuto social determinado.

Partindo do conhecimento de que o texto que nos ocupou aqui se apoia na realidade do mundo e se constitui numa narrativa ficcional, procuramos dar sentido ao universo fictício a fim de alcançar os seguintes objetivos:

- demonstrar, a partir de dados empíricos compilados com auxílio de documentos que registam estatísticas e factos históricos (Centro de Estudos Angolanos), incluindo recursos bibliográficos resultantes de estudos científicos elaborados sob critérios que se submetem aos procedimentos metodológicos da área de conhecimento em ciências históricas (Wheeler e Pélissier, 2011), que os contos inseridos em *Estórias de contratados*, de Costa Andrade, se estruturam a partir de matérias de extração histórica;
- aproximar a nossa leitura à hipótese segundo a qual é possível elaborar a significação dos contos em estudo a partir do confronto entre os elementos que pensamos constituírem a chave suscetível de clarificar as circunstâncias em que se produziram os factos sociais, políticos e económicos e o universo fictício projetado pelo escritor.

A perspetiva explorada na nossa discussão considerou a conceção do texto literário formulada por Irving Howe (1998: 7) quando, ao estudar a relação entre o romance e a política, sublinha a tendência que se instala no escritor: a de fazer um esforço para “penetrar na emoção humana”, sem o qual o texto ficcional seria “inconcebível”. Quer isto dizer que, seguindo Howe, os factos da realidade histórica podem mover o escritor a organizar a estrutura do texto literário.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Costa (1988). *Estórias de contratados*. 3.^a ed., Luanda: UEA.
- ANDRADE, Garibaldi e Leonel COSME (org.) (1962). *Novos contos d'África*. Sá da Bandeira: Imbondeiro.
- CEA [Centro de Estudos Angolanos] (1968). *Dados gerais sobre mão-de-obra angolana*, VII série, julho. Alger: CEA.

- ___ (1969a). *Em plena decadência a agricultura no Huambo*, IX série, janeiro. Alger: CEA.
- ___ (1969b). *Fichas de informação sobre a conjuntura*, IX série, janeiro. Alger: CEA.
- ___ (1969c). *Intensifica-se o reordenamento rural no Huambo*, IX série, janeiro. Alger: CEA.
- ___ (1969d). *Huambo é o principal fornecedor de contratados*, IX série, janeiro. Alger: CEA.
- ___ (1969e). *Intensifica-se o reordenamento rural no Huambo*, IX série, janeiro. Alger: CEA.
- DAVID, Raul (1990). *Escamoteados na lei*. Luanda: UEA.
- HOWE, Irving (1998). *A política e o romance*. São Paulo: Perspectiva.
- LARANJEIRA, Pires (1996). “Uma Casa de mensagens anti-imperiais”, in Manuel Ferreira (dir.), *Mensagem – Casa dos Estudantes do Império*, vol. 1. Lousã: ALAC. xi-xxxi.
- MONTEIRO, César (1960). “Palavras de Abertura”, in Manuel Ferreira (dir.), *Mensagem – Casa dos Estudantes do Império*, vol. 2. Lousã: ALAC. 4-5.
- MUKAROVSKY, Jan (1997). *Escritos sobre a estética e semiótica da arte*. Lisboa: Estampa.
- PEPETELA (1993). *Geração da utopia*. Lisboa: Dom Quixote.
- ___ (1997). *O cão e os caluandas*. Lisboa: Dom Quixote.
- ___ (1999). *Mayombe*. Lisboa: Dom Quixote [Luanda: UEA, 1985].
- ___ (1999). *A geração da utopia*. Luanda: Nzila.
- ROCHA, Jofre (1985). *Crónicas de ontem e de sempre*. Luanda: UEA.
- RUI, Manuel (1989). *Quem me dera ser onda*. Luanda: UEA.
- SILVA, Vítor Aguiar e (2005). “Texto e contexto na História Literária”, in Maria da Penha Campos Fernandes (coord.). *História(s) da Literatura*. Coimbra: Almedina. 21-28.
- VENÂNCIO, José Carlos (2004). *Jaime Bunda versus Sem Medo – Nacionalismo e estado pós-colonial em Angola no registo de um dos seus escritores*. Covilhã: CES-UBI.

- WHEELER, Douglas e René PÉLISSIER (2011). *História de Angola*. Lisboa: Tinta-da-China.
- XITU, Wanhenga (1990). *O ministro*. Luanda: Caxinde.